

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

ISABELLA MARIA ZUCHETTO FERREIRA
THAÍS ALVES ESCUDEIRO
VINÍCIUS CAMARGO SESSO

A INFLUÊNCIA DA PARENTALIDADE NO DESENVOLVIMENTO DA
COGNIÇÃO SOCIAL EM CRIANÇAS

SÃO PAULO
2023

Isabella Maria Zuchetto Ferreira

Thaís Alves Escudeiro

Vinícius Camargo Sesso

A Influência da Parentalidade no Desenvolvimento da Cognição Social em Crianças

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no formato de artigo
ao Curso de Psicologia da
Universidade São Judas como
parte dos requisitos para obtenção
do grau de Psicólogo.**

Área de Concentração: Ciências Humanas.

**Orientadora: Prof^a M.a Bruna Guimarães
Marques**

**SÃO PAULO
2023**

Resumo

A parentalidade ou os estilos parentais podem, assim como condições ambientais e genéticas, podem influenciar no desenvolvimento físico, psico-social da criança, assim como no aspecto da cognição social. O estudo a seguir tem como objetivo levantar a literatura empírica mais recente sobre a associação entre parentalidade versus cognição social infantil, por meio de uma revisão integrativa, onde serão apresentados conceitos teóricos sobre o assunto e resultados práticos dos últimos estudos sobre o tema em questão. Foram feitas pesquisas nas principais bases de dados como Scielo, LILACS e Pubmed, dos estudos dos últimos 10 anos, em inglês e português que relacionassem a parentalidade com aspectos da cognição social infantil. Após aplicação de critérios de inclusão e exclusão, os principais estudos condizentes com o tema foram encontrados em inglês. Após análise de seus resultados constatou-se que os estilos parentais são positivamente relacionados à aquisição de repertório social e o melhor desenvolvimento de processos cognitivos relacionados à cognição social, como processamento de emoções, viés de atribuição e teoria da mente, como consequência uma melhor elaboração de respostas adaptativas ao meio social.

Palavras chave: cognição social, parentalidade, infância.

Abstract

Parenting or parenting styles, as well as environmental and genetic conditions, can influence the child's physical, psycho-social development, as the aspect of social cognition. The following study aims to survey the most recent empirical literature on the association between parenting versus children's social cognition, through an integrative review, where theoretical concepts on the subject and practical results of the latest studies on the topic in question will be presented. Research was carried out in the main databases such as Scielo, LILACS and Pubmed, of studies from the last 10 years, in English and Portuguese that related parenting with aspects of children's social cognition. After applying inclusion and

exclusion criteria, the main studies consistent with the topic were found in English. After analyzing the results, it was found that parental styles are positively related to the acquisition of social repertoire and the better development of cognitive processes related to social cognition, such as emotion processing, attribution bias and theory of mind, resulting in better elaboration of adaptive responses to the social environment.

Keywords: social cognition, parenting, infant.

SUMÁRIO

Introdução.....	5
Metodologia.....	10
Resultados.....	12
Discussão.....	19
Considerações finais.....	23
Referências.....	25
Anexo 1 - Tabela de resumo dos Resultados.....	27
Anexo 2 - Normas da Revista Contextos Clínicos.....	31

Introdução

Sendo o primeiro núcleo social apresentado à criança, a família tem um papel importante no desenvolvimento social e cognitivo do ser humano. A figura parental (pais, mães ou cuidadores) exercem influência determinante no crescimento de seus filhos. Segundo Walsh (2016), crenças, comportamentos, recursos disponíveis e atitudes dos pais têm impacto direto e indireto no desenvolvimento infantil. Segundo Coltro, Paraventi e Vieira (2020, p.245), “no centro da compreensão sobre famílias, a parentalidade e sua relação com o desenvolvimento infantil têm sido objetos de estudo teórico há décadas.”

A parentalidade pode ser apresentada de diferentes formas e que acaba interferindo no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Como apresentam Bornstein, Putnick e Suwalsky (2018) “A parentalidade tem fortes conotações instrumentais e acredita-se que contribua de maneiras centrais para o curso e o resultado do desenvolvimento e ajustamento da criança, regulando a maioria das interações criança-ambiente” (tradução livre)¹, que colocam à prova a disponibilidade e a disposição parental no desenvolvimento da criança, já que “as práticas dos pais instituem as oportunidades reais que os pais oferecem aos filhos e, portanto, constituem uma grande medida da experiência de adaptação das crianças” (Bornstein, Putnick & Suwalsky, 2018, tradução livre).²

Concomitante à esse pensamento, Godleski e Ostrov (2020) mostram que a primeira infância como um momento importante, dessa forma essa fase se apresenta como uma boa investigação das influências parentais no desenvolvimento cognitivo e social das crianças, pois as crianças estão aprendendo como interagir socialmente. Os pais exercem nos filhos uma influência primordial na regulação do comportamento infantil (Cole, Michel & Teti,

¹ “Parenting has strong instrumental connotations and is widely believed to contribute in central ways to the course and outcome of child development and adjustment by regulating the majority of child-environment interactions and helping to shape children’s adaptation”.

² “Parents’ practices instantiate the actual opportunities parents provide children and so constitute a large measure of children’s worldly experience”.

1994, apud Godleski & Ostrov, 2020) e os filhos estão, nessa fase, começando a criar as relações entre seus pares (Rubin, Bukowski e Parker, 2006, apud Godleski & Ostrov, 2020).

À respeito da cognição social, encontramos um aumento significativo de estudos nos últimos anos, principalmente voltados para o desenvolvimento atípico e de transtornos psiquiátricos, onde a área social é especialmente afetada, tornando a pesquisa de suma importância para a implementação de medidas de saúde adequadas em prevenção, promoção ou intervenção. Segundo Figueiredo (2023), “contudo, a ausência de uma delimitação clara entre os conceitos que regem o domínio de funcionamento social é um dos fatores que contribuem para a falhas na replicação de dados e impedem a comunicação universal entre os profissionais” (p.3).

Ainda segundo o mesmo autor, o conceito de cognição social seria na verdade, um constructo guarda-chuva, “[...] que inclui o conjunto de funções cognitivas implicadas no processamento das informações sociais. As informações sociais incluem as pistas ou estímulos emitidos por outro ser da mesma espécie, que podem ser processadas de forma automática/implícita ou deliberada/explicita” (p.3). Para exemplificar, abaixo está representado o constructo guarda chuva , apresentado por Figueiredo (2023) no 2º Congresso Brasileiro de Cognição Social.



Figura 1 : Conceito guarda chuva de cognição social

O termo “cognição social” tem diversos significados, mas amplamente se utiliza para definir operações mentais que baseiam as ações pessoais nas interações sociais, incluindo a percepção e interpretação das intenções, disposições, emoções e comportamentos de outros, e a geração de uma resposta a esses comportamentos (Green et al., 2008). Existem processos cognitivos que antecedem o desenvolvimento da linguagem, como a leitura da intenção de observadores por bebês de um ano e meio (Baillargeon et al., 2010). Para compreender a cognição social, é importante enfatizar a multidimensionalidade do conceito. Segundo Cardoso e Mello (2022), “um consórcio de pesquisadores interessados em desenvolver uma medida adequada de cognição social, reunidos no estudo intitulado “*Social Cognition Psychometric Evaluation (SCOPE) Study*”, definiram quatro domínios principais para a cognição social: processamento de emoções, viés de atribuição, percepção social e teoria da mente (ToM).”

Onde o processamento emocional é a capacidade de compreender e interpretar emoções por meio de informações sociais, como a prosódia (tonalidade e ritmo da voz), expressões faciais, postura corporal e etc e utilizar essas informações de forma a gerar uma resposta adaptativa ao meio (Pinkham et al., 2014).

Segundo o mesmo autor, a percepção social é a habilidade de interpretar estados mentais do outro com base em informações comportamentais e contextuais.

Com relação ao viés de atribuição, podemos defini-lo como a função do ser humano de atribuir causas à ocorrência de eventos, podendo atribuí-las a si mesmo, aos outros ou às circunstâncias (Cardoso & Mello, 2022).

Segundo os mesmos autores, a ToM (*Theory of Mind*) ou teoria da mente em português, descreve a nossa capacidade de raciocinar sobre os pensamentos, crenças e sentimentos dos outros para prever respostas comportamentais (apud Pinkham et al., 2014).

Todas estas funções cognitivas implicam no nosso funcionamento e adaptabilidade social, algumas se desenvolvem a partir da tenra infância e têm implicações por toda a vida.

Hoje muito tem se estudado sobre essas funções por conta do aumento de casos de diversos transtornos neuropsiquiátricos que afetam diretamente o funcionamento social, como Transtorno do Espectro Autista, Esquizofrenia, entre outros.

Sobre o conceito de infância e seu significado sócio-histórico, para abordarmos o tema, inicialmente se faz necessária a reflexão sobre a origem da palavra. O termo infância em sua origem latina, significa “incapacidade de falar”. Acreditava-se que a criança, não possuía a habilidade de se comunicar através da fala, de explicitar seus desejos, suas inquietudes, seus sentimentos. Tratava-se de um ser incógnito, sem evidência na sociedade. A noção de infância, portanto se fez construir, sobre o sentido do ser que não fala, e se esse ser não fala, alguém fala por ele, pois não existe ser social, sem uma linguagem articulada, através do qual se faz transmitir conhecimentos e cultura, e tal noção, carrega consigo a posição da terceira pessoa no discurso que desta fala.

A infância é uma categoria que vem sendo construída histórica e socialmente. Sua definição pode variar dependendo da adoção referencial, portanto é fruto da dinâmica das relações sociais. Trata-se de uma categoria geracional, que participa da condição do segmento social denominado criança. Ela designa uma fase da vida que se particulariza pela necessidade de cuidados e proteção. A pessoa criança por sua vez, é um sujeito concreto, que pertence a esta categoria, classe, gênero, raça e nacionalidade. Estas por sua vez, têm características próprias, determinadas pelo contexto social onde se inserem, que por sua vez, sofre determinações históricas e culturais, e que tem papel ativo nas dinâmicas sociais, pois ela produz e reproduz a vida social, por sua interação estabelecida com os demais sujeitos sociais.

As crianças sempre existiram na sociedade, assim como os seres biológicos que se definem como os filhotes do *homo sapiens sapiens*, contudo, a criança com uma categoria social, que se define por necessidades e vivências particulares, que se distingue do adulto, que se faz reconhecer na sociedade, essa condição, que remete a condição infantil, é algo novo, que se fez a partir da construção de sentimento infância. Como dito pelo historiador francês Philippe Ariès (1960, em seu livro “A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime”), “a infância é uma invenção da modernidade”, é portanto uma construção social. O ser criança, varia em função da sociedade, cultura da comunidade e de demais fatores.

O contexto histórico contemporâneo estabeleceu limite etário para a definição de criança, o que se fez definir por aspectos biológicos e psicossociais, diferente de infância que se reconhece de forma histórica e institucional.

Para os organismos internacionais referendados pela Convenção Internacional pelos Direitos da Criança, e pela Organização Internacional do Trabalho, a criança é a pessoa de 0 a 18 anos de idade. Para a Organização Mundial da Saúde, a criança é a pessoa de 0 a 10 anos de idade. Para a Legislação Brasileira, pautada em nossa Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança é a pessoa de 0 a 12 anos. A definição está, registrada na legislação que trata dos direitos infantis, a lei 8069/90, denominada o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Enquanto a infância varia com a história e a definição institucional, dominante em cada época histórica, a criança é produto do gênero humano, é um ser natural, é um ser biológico.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho foi de revisão integrativa, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010):

A revisão integrativa, finalmente, é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (p.103).

Uma revisão integrativa com base na literatura é um método de pesquisa que busca de forma ampla, completa e imparcial por estudos relevantes sobre uma determinada questão ou tópico em um campo específico. Esse tipo de revisão envolve uma extensa pesquisa em bases de dados, identificação e seleção criteriosa de estudos relevantes, extração e síntese dos dados encontrados e, por fim, a interpretação e apresentação dos resultados de forma coerente. O objetivo principal de uma revisão integrativa é fornecer uma análise abrangente e confiável da evidência disponível, permitindo uma compreensão mais sólida e fundamentada sobre um tema específico e servindo como base para a tomada de decisões clínicas, políticas ou de pesquisa.

Para a construção do Prisma foi feito uma pesquisa bibliográfica em bases de dados, as bases pesquisadas foram: Pubmed, Lilacs e Scielo. As palavras chaves usadas nas pesquisas foram: “*Social Cognition*” (Cognição Social, tradução direta) e “*Parenting*” (Parentalidade, tradução direta). O período para a base de dados foi de um intervalo de 10 anos, ou seja, artigos publicados de 2013 a 2023. Os critérios para inclusão foram: a) estudos empíricos sobre a relação entre parentalidade e aspectos da cognição social infantil; b) estudos empíricos cuja parentalidade foi investigada por meio de instrumentos de observação

direta e/ou indireta (protocolos de observação, questionários ou inventários de autorrelato); c) estudos encontrados com as palavras chave em inglês e português; d) estudos disponibilizados integralmente de forma gratuita. Os critérios de exclusão foram: a) não pertinência ao tema; b) estudos não empíricos ou de meta análise. O procedimento completo de revisão dos títulos pode ser observado na Figura 2, à seguir:

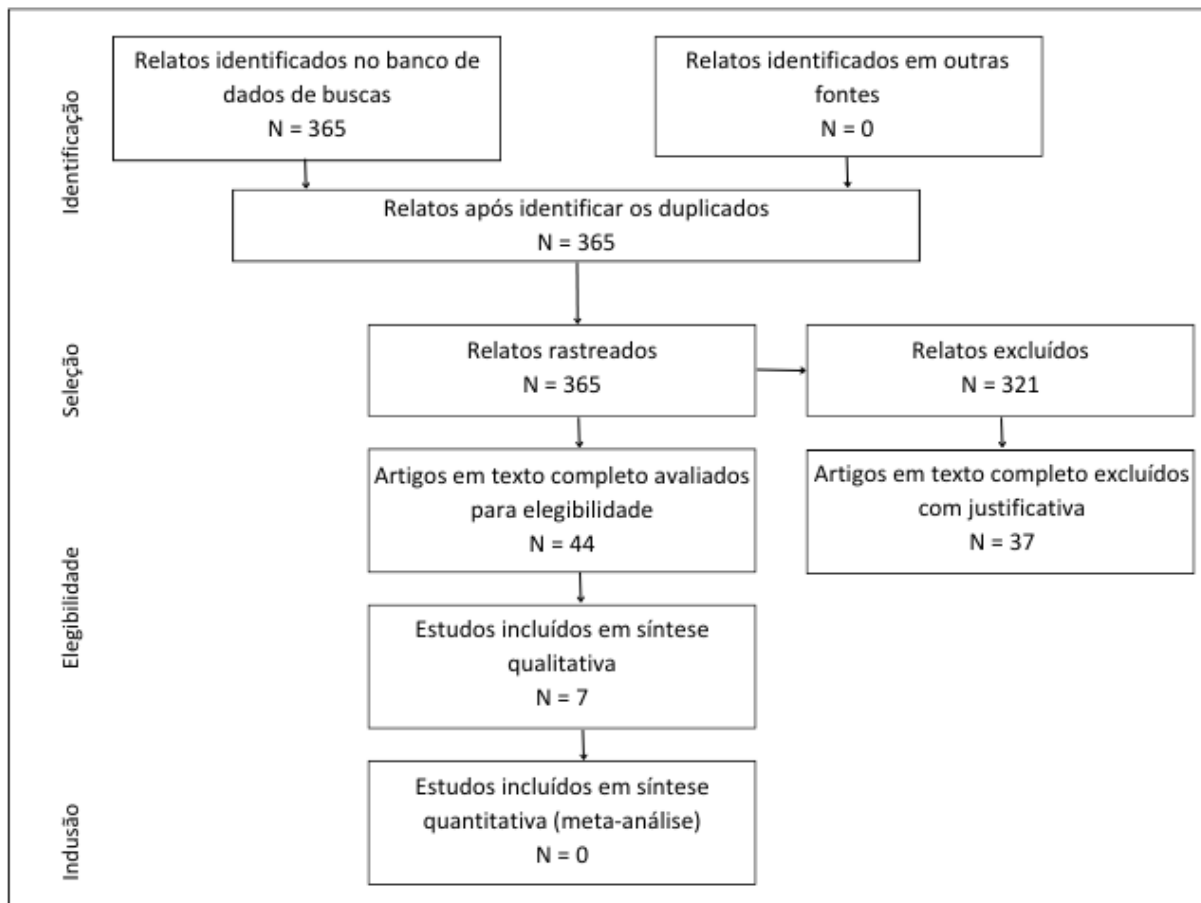


Figura 2. Diagrama de seleção de artigos

Resultados

Após a filtragem de estudos feita com os critérios mencionados na metodologia, foram apresentados sete estudos principais que convergem com o tema do presente trabalho. Os resultados destes serão apresentados à seguir, percorrendo sobre o tema parentalidade, cognição social e infância:

No estudo de Ziv e Arbel (2020) com o título “*Association between the Mother's Social Cognition and the Child's Social Functioning in Kindergarten: The Mediating Role of the Child's Social Cognition*” ou com tradução literal “Associação entre a Cognição Social da Mãe e o Funcionamento Social da Criança na Educação Infantil: O Papel Mediador na Cognição Social da Criança”, os pesquisadores analisaram a intersecção entre a cognição social da mãe em seu estilo parental e seu impacto na cognição social do filho, usando como base a teoria do apego, que segundo Bowlby (1982), tenta descrever a dinâmica das relações interpessoais de longo prazo entre humanos, particularmente no contexto de uma relação pai-filho, e o modelo de processamento de informações sociais (SIP) de Crick e Dodge (1994), que se concentra nas percepções e interpretações subjetivas dos humanos sobre seu ambiente social e nas maneiras pelas quais essas avaliações subjetivas guiam o comportamento social. Participaram do estudo 301 crianças israelenses na faixa dos 6 anos de idade, suas mães e seus professores. Foram aplicados questionários e escalas aos pais para avaliação dos padrões gerais SIP, avaliação de estilos parentais e suas percepções do relacionamento com a criança, além disso foram feitas observações escolares para avaliação direta do funcionamento social da criança e a avaliação feita pelo professor.

Segundo Ziv e Arbel (2020), os processos cognitivos sociais são moldados no contexto de relações próximas ao longo do desenvolvimento infantil e, em particular, no contexto da relação da criança com os seus principais cuidadores. O estudo conduzido por estes pesquisadores confirmou as duas hipóteses iniciais da pesquisa: em primeiro lugar, a

associação entre a cognição social geral da mãe e do filho é mediada pelo estilo parental da mãe e pela sua percepção do relacionamento com o filho. Em segundo lugar, os fatores parentais (estilo e percepção da relação com a criança) estão associados ao funcionamento social da criança na escola através da cognição social da criança. Estas hipóteses foram parcialmente confirmadas neste estudo: o estilo parental autoritário de fato influenciou totalmente a associação entre o SIP da mãe e do filho. Estilos parentais autoritários e conflituosos foram positivamente associados na geração de respostas não competentes por parte das crianças no meio social, o viés de atribuição hostil da mãe foi positivamente associado ao estilo parental autoritário e a níveis mais elevados de conflito, bem como a níveis mais elevados de geração de respostas incompetentes por parte dos filhos e possíveis comportamentos desafiadores.

Conforme pesquisa realizada por Bornstein, Putnick e Suwalsky (2018), com título de “Parenting cognitions → parenting practices → child adjustment?”, em tradução livre “Cognições parentais → Práticas parentais → Adaptação infantil?”, com 317 famílias, pode-se perceber que a parentalidade de apoio, ou seja, o apoio parental, nas faixas iniciais da pesquisa (20 meses a 4 anos de idade) apresentou uma menor externalização no comportamento das crianças aos 10 anos. Apresentado nos dados uma correlação entre a presença de apoio com a qualidade da instrução parental, mostrando que quanto maior o apoio parental melhor será a orientação da tarefa que a criança tem que realizar. Outro dado exposto está presente na diminuição do comportamento agressivo e da expressão de raiva da criança no ambiente escolar com a presença de apoio parental, ou seja, quando a parentalidade demonstra apoio à criança, ela tem um melhor comportamento entre seus pares, a criança torna-se menos hostil e intrusiva. Uma informação adicional é que quanto maior a sensibilidade e estruturação parental, melhor se dava a organização de atividades e a aceitação para com o filho ou a filha.

Na pesquisa de Godleski e Ostrov (2020), intitulada “Parental influences on child-report of relational attribution biases during early childhood”, em tradução livre “Influências dos pais no relato dos filhos sobre preconceitos de atribuição relacional durante a primeira infância”, com 121 crianças entre 3 a 5 anos, foi possível notar que a agressividade na relação dos pais entre si e com as demais pessoas teve significativo impacto na forma que as crianças também se relacionavam com seus pares. Indiferente de gênero ou idade exata, as crianças apresentaram formas hostis de se relacionarem, conforme o exemplo parental que tiveram, além de regressões na sociabilidade deles.

Já no estudo feito por Lee e Choi (2022), denominado ‘Mother-Child Social Cognition Among Multicultural Families in South Korea’ ou em tradução livre “Cognição social de mãe-filho entre famílias multiculturais na Coreia do Sul” buscou analisar como a cognição social materna está associada à cognição social das crianças (por exemplo, teoria da mente - ToM, reconhecimento de emoções, competência social e regulação emocional) entre famílias multiculturais que vivem na Coreia do Sul. Foram recrutadas 47 crianças entre 8 e 12 anos e suas respectivas mães, que por meio de uma plataforma de pesquisa online, responderam questionários. A pesquisa foi realizada na forma de respostas autorreferidas em duas versões diferentes, uma para mães e outra para crianças. Foram usadas escalas específicas para as áreas de reconhecimento de emoções, teoria da mente, funcionamento social e regulação emocional. Segundo os pesquisadores, as habilidades gerais de cognição social das mães – seu reconhecimento de emoções e teoria da mente – relacionaram-se positivamente com o reconhecimento de emoções, competência social e regulação emocional de seus filhos. O reconhecimento emocional das mães e das crianças estava positivamente correlacionado, tanto para expressões estáticas quanto dinâmicas. Pesquisas anteriores demonstraram que a resposta solidária dos pais à expressão emocional dos seus filhos ajudou as crianças a aprenderem sobre os seus próprios sentimentos e os dos outros numa variedade de contextos

emocionais e sociais e, conseqüentemente, a adquirir uma compreensão mais avançada da emoção (Berzenski & Yates, 2017). Lee e Choi (2022) também confirmaram que houve uma correlação positiva entre o reconhecimento emocional das mães e a competência social das crianças. Segundo os mesmos autores: “Quando as crianças encontram novas situações sociais, elas acessam seu banco de dados construído através de experiências anteriores sobre os sentimentos, os pensamentos e as intenções dos outros para se comportarem adequadamente, atendendo às expectativas sociais gerais” (tradução livre).³ A capacidade de identificar emoções e inferir estados mentais complexos é necessária para que os pais ensinem aos seus filhos competências socialmente adaptativas.

Em pesquisa realizada por Malmberg, Lewis, West, Murray, Sylva e Stein (2016), o artigo “The influence of mothers’ and fathers’ sensitivity in the first year of life on children’s cognitive outcomes at 18 and 36 months”, com tradução literal “A influência da sensibilidade das mães e dos pais no primeiro ano de vida nos resultados cognitivos das crianças aos 18 e 36 meses”, após uma filtragem com critérios de exclusão, não puderam participar: famílias com nascimentos múltiplos; bebês com atraso significativo no desenvolvimento; bebês nascidos de mães menores de 16 anos; e bebês que passaram mais de 3 dias em uma unidade de cuidados especiais após nascimento. Foi realizado um estudo com a amostragem de 1.201 crianças, futuramente se estreitando a 100 crianças, e em seguida uma amostra final composta por 97 crianças (47 meninas, 50 meninos) de dois locais no Reino Unido (Oxfordshire e Norte de Londres) acompanhadas de seus pais e mães, com o intuito de examinar a influência relativa da sensibilidade dos pais e das mães durante as interações com seus filhos no final do primeiro ano da criança, e o desenvolvimento cognitivo social até os 36 meses de idade.

³ “When children encounter new social situations, they access their database constructed through previous experience regarding others’ feelings, thoughts, and intentions to behave appropriately, meeting general social expectations.”

Todas as análises foram conduzidas em ambiente domiciliar. A sessão de jogos compreendia cinco segmentos consecutivos de dois minutos e meio cada, apresentando uma introdução sequencial padronizada de brinquedos fornecidos pela pesquisadora, conforme descrito a seguir: (1) brincadeira livre sem brinquedos; (2) exploração de um livro com textura e adequado à idade; (3) empilhamento de brinquedo; (4) um brinquedo de madeira para classificar formas; e (5) um brinquedo movido a bateria, categoria musical.

Avaliadores analisaram díades mãe-bebê e pai-bebê associadas ao mesmo bebê. A consistência entre os avaliadores foi posteriormente examinada por meio da aplicação da estatística kappa, utilizado durante a etapa de calibração dos avaliadores de uma pesquisa, pois serve para avaliar a concordância entre eles quando a variável dependente é qualitativa (nominal ou ordinal).

Os resultados mostraram que o reconhecimento das emoções e a teoria da mente das mães afetam simultaneamente a capacidade das crianças de gerir as emoções. Segundo os autores, mães que têm uma melhor capacidade de reconhecer e compreender estados mentais e emocionais das crianças, tem uma melhor performance na instrução adequada e nomeação, validação e manejo das emoções (regulação emocional), melhorando o processo das próprias crianças em gerir suas emoções e gerar respostas sociais adaptativas.

Os impactos relativos dos comportamentos parentais iniciais, tanto maternos quanto paternos, sobre os resultados cognitivos das crianças foram objeto de estudo em um conjunto restrito de investigações prévias. Nessas pesquisas, observou-se que os efeitos dos comportamentos parentais maternos e paternos eram aditivos (Martin et al., 2007; Ryan et al., 2006; Pancsofar & Vernon-Feagans, 2010, apud Malmberg et al., 2015). Segundo os autores, foi constatado que a sensibilidade materna e paterna estava correlacionada com os resultados cognitivos das crianças em análises univariadas. Entretanto, em análises multivariadas, o contexto sociodemográfico familiar (incluindo nível socioeconômico (NSE), renda e

educação) mostrou-se fortemente associado à sensibilidade materna, mas não à sensibilidade paterna.

A sensibilidade paterna previu os resultados cognitivos das crianças aos 18 e 36 meses, respectivamente, o contexto sociodemográfico não pareceu modular ou atenuar esse efeito. Ao contrário, a sensibilidade materna não apresentou relação com os resultados quando fatores sociodemográficos foram incorporados ao modelo. Os efeitos de interação destacaram que um dos pais sensíveis, seja mãe ou pai, poderia compensar a menor sensibilidade do outro progenitor. No entanto, pais sensíveis exerceram um efeito adicional quando as mães também eram sensíveis. Análises exploratórias sobre os efeitos do sexo indicaram uma redução desse efeito ao considerar as diferenças entre os sexos, e análises adicionais sugeriram que a sensibilidade das mães pode ser mais preponderante nos meninos.

Essas constatações insinuam que a sensibilidade de um dos pais pode potencialmente compensar o efeito do nível mais baixo de sensibilidade do outro progenitor. É plausível que os pais não apenas apoiem a maternidade sensível, otimizando a Secretaria de Estado de Saúde (SES) familiar, mas também contribuam diretamente por meio de uma paternidade sensível, dado que a sensibilidade paterna não estava vinculada a variáveis sociodemográficas familiares.

Curiosamente, a sensibilidade dos pais estava mais fortemente correlacionada com os resultados cognitivos da criança do que a sensibilidade das mães. Essa descoberta, embora inesperada, contradiz estudos anteriores que identificaram efeitos semelhantes da sensibilidade materna e paterna no desempenho cognitivo infantil (Martin et al., 2007; Ryan et al., 2006, apud Malmberg et al., 2015). Um estudo adicional destacou que o apoio dos pais, abrangendo sensibilidade, consideração positiva e estimulação cognitiva, está associado à regulação emocional e ao envolvimento na orientação, enquanto não houve associação

identificada com o apoio materno (Cabrera, Shannon, & Tamis-LeMonda, 2007, apud Malmberg, 2015).

O estudo apresenta pontos fortes, como seu desenho prospectivo, observações diretas de mães e pais no primeiro ano de vida e o uso de medidas padronizadas e confiáveis para avaliar o desenvolvimento cognitivo.

Em síntese, este estudo valida a influência da sensibilidade paterna precoce nos resultados cognitivos das crianças, destacando uma menor sensibilidade às variáveis sociodemográficas em comparação com a sensibilidade materna. Sugere-se que futuras pesquisas se aprofundem nessas relações complexas, especialmente em amostras mais abrangentes, e explorem os efeitos da sensibilidade parental posteriormente na infância, levando em consideração as diferenças de gênero e os estilos parentais.

Para fins comparativos foi elaborada a tabela em anexo, na página 25 do presente documento, contendo as principais informações dos estudos selecionados.

Discussão

O pensamento de que as práticas parentais interferem no desenvolvimento e no comportamento infantil foram comprovados, já que de acordo com Bornstein, Putnick e Suwalsky (2018, tradução livre):

“As mães que [...] desfrutam de maior satisfação no papel parental e possuem atribuições internas mais fortes para o seu sucesso na parentalidade quando os seus filhos são pequenos [...]. Além disso, as mães que apoiam emocionalmente os seus filhos em idade pré-escolar (ajudando-os a regular o humor), organizam tarefas interativas e evitam interações intrusivas e hostis quando os seus filhos têm 4 anos de idade, têm filhos que regulam melhor o seu próprio comportamento e apresentam um melhor ajustamento comportamental na sala de aula pelos olhos de seus professores aos 10 anos.”⁴

Em contrapartida, uma parentalidade de insucesso vivenciada pelos pais pode acarretar uma irritação perante os filhos e investidas inapropriadas de retomar a autoridade da situação. Situações essas que acabam por fixar comportamentos externalizantes nas crianças, seguindo esses comportamentos com seus pares. De forma suplementar, “uma maior percepção de afetividade por parte de mães e pais está associada a um maior desempenho acadêmico avaliado pelos professores em crianças no Brasil, Canadá, China e Itália”⁵ (Chung, Zappulla & Kaspar, 2008, apud Bornstein, Putnick & Suwalsky, 2018) em tradução livre, isto é, quanto maior o grau de afetividade na parentalidade, melhor será a performance escolar das

⁴ “Mothers who [...] enjoy greater satisfaction in the parenting role, and possess stronger internal attributions for their successes in parenting when their children are toddlers [...]. Furthermore, mothers who support their preschool children emotionally (helping their children to regulate moods), scaffold interactive tasks, and avoid intrusive and hostile interactions when their children are 4 years old have children who better regulate their own behavior and display better classroom behavioral adjustment in the eyes of their teachers at age 10 years.”

⁵ tradução livre: “greater perceived warmth from mothers and fathers is associated with higher teacher-rated academic achievement in children in Brazil, Canada, China, and Italy”

crianças. À vista disso, a parentalidade vista com rejeição empregará crianças mais hostis e externalizantes academicamente.

Um ponto importante que Godleski e Ostrov (2020) levantam é que a parentalidade também é exercida a critério exemplar, haja vista que, igualmente, as crianças criam seu repertório social e se desenvolvem a partir da observação do ambiente e das pessoas, por isso “os pais que se envolvem em agressões relacionais podem ser menos previsíveis na relação pais-filhos e mais reativos [...] nas suas abordagens à parentalidade e às relações sociais”, em tradução livre.⁶ Outro ponto relevante apresentado é que as estratégias disciplinares mais rígidas e diretas, quando utilizadas por pais com menor envolvimento emocional com os filhos, causam “um impacto negativo maior no comportamento da criança” (Godleski e Ostrov, 2020).

Estas afirmações vão de encontro com o estudo de Lee e Choi (2020) que consideram que pais que possuem uma capacidade maior de reconhecimento de emoções, teoria da mente e manejo de emoções acabam por meio da experiência “aumentando o arcabouço” de recursos das crianças para reconhecimento das próprias emoções e inferências sobre pensamentos, intenções, emoções do outro, gerando respostas mais adaptativas socialmente.

Sobre o estilo parental rígido, tanto o estudo de Godleski e Ostrov (2020) quanto o estudo de Ziv e Arbel (2020) demonstram que os efeitos da parentalidade rígida e conflituosa são positivamente associadas a respostas desadaptativas dos filhos no meio social e em maior probabilidade de um viés de atribuição hostil por parte das crianças, enquanto no estudo de Bornstein, Putnick e Suwalsky (2018) foi demonstrado que o estilo parental de apoio e orientação tem melhores efeitos no comportamento social adaptativo das crianças na escola, inclusive com impactos na organização e desempenho escolar.

⁶ “parents who engage in relational aggression may be less predictable within the parent-child relationship and be more reactive [...] in their approaches to parenting and social relationships”

Dessa forma, conforme o que foi apresentado anteriormente, é possível dizer que quanto mais previamente se dá o cuidado parental, melhor será o desenvolvimento da cognição social infantil. Visto que, quanto maior a consciência dos pais sobre sua parentalidade mais positivo se dão suas ações e o desenvolvimento das crianças, como mostram Bornstein, Putnick e Suwalsky (2018) a parentalidade “estimula ou direciona as práticas dos pais e, em última análise, o desenvolvimento e o ajustamento dos filhos”.⁷ Juntamente a isso, Godleski e Ostrov (2020) confirmam o impacto da parentalidade na relação social das crianças entre pares, a partir dos exemplos que seguem dos pais para lidar nas suas relações.

Como explicam Green e Lee (2015), “A cognição social refere-se a processos cognitivos complexos de percepção, interpretação e processamento de informações sociais, permitindo que os indivíduos se comportem adequadamente em situações sociais e desenvolvam competência social adequada”, em tradução livre⁸. Portanto, esse ajustamento social já no início da infância pode prever o funcionamento social da criança para fases posteriores e impactar o seu desenvolvimento emocional, de linguagem, de resolução de problemas, etc., além de contribuir para a diminuição de comportamentos desadaptativos e o aumento de comportamentos pró sociais (Ziv & Arbel, 2020).

É possível considerar à partir da revisão destes estudos, a prática da orientação parental como pilar importante para a intervenção clínica infantil, tendo como premissa que os pais são os primeiros modelos de socialização da criança, e é a partir da interação com seus progenitores que a criança irá adquirir diversos repertórios, habilidades e funções cognitivas importantes para o convívio com outras crianças. (Lee & Choi, 2020).

Porém como argumentam Lee e Choi (2020):

⁷ “To prompt or direct parents’ practices and, ultimately, children’s development and adjustment”

⁸ “Social cognition refers to complex cognitive processes of perceiving, interpreting, and processing social information, enabling individuals to behave appropriately in social situations and develop adequate social competence.”

“No entanto, pesquisas relevantes que exploram a relação entre a cognição social das mães e das crianças permanecem limitadas, e os estudos anteriores que se concentraram principalmente na compreensão da emoção ou dos estados mentais não mediram rigorosamente vários aspectos da cognição social”, em tradução livre.⁹

Além da escassez de pesquisas voltadas para o impacto da parentalidade na cognição social dos filhos, ainda há, segundo Figueiredo (2023), “a ausência de uma delimitação clara entre os conceitos que regem o domínio de funcionamento social é um dos fatores que contribuem para falhas na replicação de dados e impedem a comunicação universal entre os profissionais.” A falta de conceitos universais prejudica uma linguagem única entre pesquisadores e profissionais de diversas áreas no aprofundamento dessa temática que se faz tão importante atualmente, uma diversidade de conceitos que engloba a cognição social, podem ser nomeados de formas diferentes por cada área e lugar do mundo, tornando os estudos menos precisos.

Também segundo Ziv e Arbel (2020) há falta de estudos longitudinais para avaliar o impacto da relação pais-filhos na cognição social da criança ao longo da infância até a adolescência, os estudos se concentram em pontos limitados do tempo, tendo assim pouca precisão sobre efetividade futura. Dadas as fragilidades e limitações é necessário pesquisas com amplitude e uma linguagem universal para futuros estudos na área da cognição social.

⁹ “Nonetheless, relevant research exploring the relationship between mothers and children's social cognition remains limited, and the past studies that primarily focused on either understanding of emotion or mental states have not rigorously measured various aspects of social cognition.”

Considerações finais

Levando em consideração os estudos apresentados e seus respectivos resultados, juntamente com a bibliografia levantada, pode-se considerar a parentalidade ou os estilos parentais positivamente relacionados com o desenvolvimento de alguns aspectos da cognição social de seus filhos, como por exemplo, seu estilo de atribuição, processamento de emoções e geração de respostas adaptativas ao meio.

Estilos parentais mais rígidos e conflituosos estão associados a menor capacidade de manejo das emoções e de resolução de problemas, tornando a criança mais externalizante na relação com seus pares e na resposta a situações do meio. Enquanto o estilo parental de apoio à criança está associado à uma melhor auto regulação emocional e à flexibilidade de respostas das crianças, esse estilo parental apresenta um cuidado maior, além da maneira com que interage e orienta o filho ou a filha.

As crianças tendem a adquirir repertório social por meio de seu primeiro núcleo de contato: a família; seguindo o exemplo das suas figuras de referência. Dessa forma, os estudos reforçam a necessidade da psicoeducação dos pais para além da intervenção com as crianças, mas também ter um olhar para a forma com que se dá sua parentalidade e seu modo de interagir com pares.

A partir das pesquisas, também foi possível perceber que é essencial um aprofundamento maior dos estudos na área de cognição social e uma unificação dos termos entre os estudiosos, já que a área social é uma das facetas mais afetadas por diversas condições neuropsicológicas. E os trabalhos realizados, até então, tiveram diferentes olhares para a cognição social, apresentando certa diversidade de construtos para o tema.

Em conclusão, a parentalidade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da cognição social infantil. A capacidade dos pais em adotar estratégias cognitivas e comportamentais eficazes influencia diretamente a forma como as crianças

compreendem e respondem ao mundo social que as rodeia. Quando os pais demonstram habilidades adaptativas na regulação de suas próprias emoções, isso cria um ambiente propício para o florescimento da cognição social nas crianças. Essa interação íntima entre pais e filhos não apenas molda a percepção infantil em relação aos outros, mas também estabelece as bases para a construção de relações interpessoais saudáveis e a resiliência emocional ao longo da vida. Assim, a importância da parentalidade na cognição social infantil destaca a necessidade de um investimento ativo e positivo por parte dos pais para promover um desenvolvimento social sólido e equilibrado em seus filhos.

Referências

- Berzenski S.R., Yates T.M. The differential influences of parenting and child narrative coherence on the development of emotion recognition. *Dev Psychol.* 2017 Oct; 53(10):1912-1923. doi: 10.1037/dev0000395. Epub 2017 Aug 14.
- Bornstein, M., Putnick, D., & Suwalsky, J. (2018). Parenting cognitions → parenting practices → child adjustment? The standard model. *Development and Psychopathology*, 30(2), 399-416. doi: [10.1017/S0954579417000931](https://doi.org/10.1017/S0954579417000931)
- Bowlby J. Attachment and loss: retrospect and prospect. *Am J Orthopsychiatry.* 1982 Oct;52(4):664-678. doi: 10.1111/j.1939-0025.1982.tb01456.x.
- Cardoso, T. S. G. ; Mello, C.B. (2022). Cognição social e regulação emocional na infância e na adolescência. Coleção Educação e Saúde, v. 5. Editora Pontes: Campinas-SP
- Coltro, B. P., Paraventi, L., & Vieira, M. L. (2020). Relações entre Parentalidade e Apoio Social: revisão Integrativa de Literatura. *Contextos Clínicos*, 13(1), 244-269. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2020.131.12>
- Crick N.R., Dodge K.A. A review and reformulation of social information-processing mechanisms in children's social adjustment. *Psychol. Bull.* 1994;115:74–101. doi: 10.1037/0033-2909.115.1.74.
- Figueiredo, T. (2023). A cognição social em psiquiatria: definições e terminologias essenciais à prática clínica e de pesquisa. *Debates Em Psiquiatria*, 13, 1–9. <https://doi.org/10.25118/2763-9037.2023.v13.718>
- Godleski SA, Ostrov JM. (2020). Parental influences on child report of relational attribution biases during early childhood. *J Exp Child Psychol.* 2020 Apr;192:104775. doi: [10.1016/j.jecp.2019.104775](https://doi.org/10.1016/j.jecp.2019.104775)
- Green M.F., Horan WP, Lee J. Social cognition in schizophrenia. *Nat Rev Neurosci.*

- 2015 Oct;16(10):620-31. doi: 10.1038/nrn4005. Epub 2015 Sep 16. PMID: 26373471.
- Green, M. F., Penn, D. L., Bentall, R., Carpenter, W. T., Gaebel, W., Gur, R. C., & et al. (2008). Social cognition in schizophrenia: An NIMH workshop on definitions, assessment, and research opportunities. *Schizophrenia Bulletin*, 34(6), 1211-20.
- Lee J, Choi KH. Mother-Child Social Cognition Among Multicultural Families in South Korea. *Front Psychiatry*. 2022 Jun 29;13:883212. doi: 10.3389/fpsyt.2022.883212.
- Malmberg LE, Lewis S, West A, Murray E, Sylva K, Stein A. The influence of mothers' and fathers' sensitivity in the first year of life on children's cognitive outcomes at 18 and 36 months. *Child Care Health Dev*. 2016 Jan;42(1):1-7. doi: 10.1111/cch.12294. Epub 2015 Nov 4. PMID: 26538379.
- Pinkham, A. E., Penn, D. L., Green, M. F., Buck, B., Healey, K., Harvey, P. D. (2014). The social cognition psychometric evaluation study: Results of the expert survey and RAND panel. *Schizophr Bull*, 40, 813-23. doi:10.1093/schbul/sbt081
- Roever, L. Compreendendo os estudos de revisão sistemática. *Rev. Soc. Bras. Clin. Med*. (2017) abr-jun; 15(2): 127-30. https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/11/875614/152_127-130.pdf
- Sampaio, R., & Mancini, M.. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 11(1), 83–89. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 102–106. doi: 10.1590/S1679-45082010RW1134
- Ziv Y, Arbel R. Association between the Mother's Social Cognition and the Child's Social Functioning in Kindergarten: The Mediating Role of the Child's Social Cognition. *Int J Environ Res Public Health*. 2020 Jan 5;17(1):358. doi: 10.3390/ijerph17010358.

Anexo 1 - Tabela de resumo dos Resultados

Autores	Título	Amostragem	Idade	Instrumentos	Resultados
Joohee Lee & Kee-Hong Choi	Mother-Child Social Cognition Among Multicultural Families in South Korea	47 crianças	8 à 12 anos	Reconhecimento das emoções: - Korean Facial Emotion Identification - Children's version of The Bell Lysaker Emotion Recognition Task Teoria da Mente: - The Social Attribution Task-Multiple Choice (SAT-MC) Funcionamento Social: - The Social Aptitude Scale (SAS) Regulação emocional: - Emotion Regulation Scale—Short Form (DERS-SF) Estresse Acumulativo: - The Acculturative Stress Scale (ASS)	A cognição social da mãe foi positivamente relacionada com a habilidade dos filhos de reconhecimento de emoções estáticas e dinâmicas assim com com o funcionamento social e a regulação emocional das crianças. A cognição social das mães e a teoria da mente das crianças não foram significativamente relacionadas
Marc H. Bornstein, Diane L. Putnick, & Joan T. D. Suwalsky	Parenting Cognitions → Parenting Practices → Child Adjustment? The standard model	347 duplas mães-filhos	3 faixas etárias: 20 meses, 4 anos e 10 anos	Emotional Availability Scales In childhood to Early Childhood Version Três tarefas conjuntas: ler um livro ilustrado, montar um quebra-cabeça e criar um desenho de sua casa. Questionário de Comportamento Pré-Escolar	A análise dos dados da pesquisa realizada nas três faixas etárias mostrou que quanto maior a qualidade da interação e do comportamento dos pais com seus filhos, melhor é a forma com que as crianças terão seu desempenho social, comportamental, de organização, cognitivo e acadêmico.

Yair Ziv & Reout Arbel	Association between the Mother's Social Cognition and the Child's Social Functioning in Kindergarten: The Mediating Role of the Child's Social Cognition	301 crianças	Entre 5 e 6 anos	Os padrões gerais de SIP (processamento de informações sociais) das mães foram avaliados por meio de um questionário baseado na atribuição de processamento de informações sociais e resposta emocional. O estilo parental da mãe foi medido usando o Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ). A percepção da mãe sobre os relacionamentos com a criança foi medida usando a escala de relacionamento criança-pai (CPRS). Padrões de processamento de informações sociais foram medidos usando a entrevista de processamento de informações sociais, versão pré-escolar (SIPI-P). O funcionamento social das crianças foi medido usando o Questionário de Forças e Dificuldades, versão do professor (SDQ)	Foram encontradas associações diretas entre a cognição social da mãe e da criança, entre o estilo parental autoritário da mãe e a cognição e comportamento social menos competente do seu filho, e entre a cognição social e o funcionamento social da criança. Foi descoberta a associação entre a cognição social da mãe (a sua tendência para atribuir intenções hostis a outros desconhecidos) e a cognição social da criança (a sua tendência para gerar respostas menos competentes) é totalmente mediada pelos níveis mais elevados de autoritarismo da mãe e seu estilo parental
Stephanie A. Godleski & Jamie M. Ostrov	Parental influences on child report of relational attribution biases during early childhood.	121 crianças	3 a 5 anos	Foi realizado questionários de comportamento social em relação aos pais: - Pesquisa de Situações Sociais - Avaliação de Atribuições de Intenção. - O Auto-Relato de Agressão e Medida de Comportamento Social (SRASBM)	Foi notado que a forma com que os pais se relacionam entre si e entre pares será tido como exemplo para que as crianças se relacionem com seus pares. Favorecendo ou prejudicando a sociabilidade das crianças.

				Além de questionários em relação às crianças através do olhar dos pais: - Questionário de Estilos e Dimensões Parentais (PSDQ) - A Escala de Comportamento Social Infantil Revisada (CSBS-R)	
L-E Malmberg, S Lewis, A West, E Murray, K Sylva & A Stein	The influence of mothers' and fathers' sensitivity in the first year of life on children's cognitive outcomes at 18 and 36 months	97 crianças (47 meninas e 50 meninos)	18 a 36 meses	Foi realizada uma análise domiciliar utilizando recursos lúdicos por meio de brincadeiras em diferentes escalas e em cinco etapas. A consistência entre os avaliadores foi posteriormente examinada por meio da aplicação da estatística kappa.	A relação entre a sensibilidade parental e os resultados em termos cognitivos foi examinada por meio de análises univariadas. Notavelmente, observou-se que, nas mães, essa sensibilidade estava mais ligada a fatores sociodemográficos familiares do que no caso dos pais. Ao aplicar a modelagem, descobriu-se que o impacto da sensibilidade paterna no desenvolvimento cognitivo global aos 18 meses e na linguagem aos 36 meses era significativamente mais pronunciado do que o efeito equivalente da sensibilidade materna, considerando o controle do contexto sociodemográfico. Tratando-se de um contexto geral, surgiram indícios de que a sensibilidade de um dos pais mitiga o efeito da menor sensibilidade do outro progenitor.
Ines Van Keer, Eva	Parent-child interaction: A	29 duplas pais - filhos	6 a 59 meses	Vinte e nove díades pais-filhos (com crianças de 6 a 59 meses) foram	Pais e filhos combinam sistematicamente comportamentos mais socialmente

Ceulemans, Nadja Bodner, Sien Vandesande, Karla Van Leeuwen, Bea Maes	micro-level sequential approach in children with a significant cognitive and motor developmental delay			filmadas durante uma situação de brincadeira não estruturada de 15 minutos. Com base em um esquema de codificação autodesenvolvido, os comportamentos interativos foram codificados continuamente e analisados usando uma abordagem de análise sequencial em três etapas.	orientados.
Tatiana Meza-Cervera, Alexandra Tucker, Ran Liu, Martha Ann Bell	Child emotion inhibition mediates the effect of parent's adaptive cognitive emotion regulation on child frontal EEG asymmetry during reappraisal	100 participantes mães-pais e filhos	9 a 10 anos de idade	Após a presença de pais e crianças em um laboratório, os estudiosos solicitaram aos pais, o preenchimento de questionários em uma sala adjacente, eles podiam observar e ouvir seus filhos por meio de um espelho bidirecional e um monitor de vídeo durante toda a visita. As visitas foram registradas em vídeo para posterior codificação comportamental. Após a linha de base, as crianças receberam instruções para a tarefa de regulação emocional antes de assistir a um filme triste. Após participarem de tarefas adicionais não abordadas nestas análises, as crianças preencheram um questionário sobre suas emoções.	Embora as estratégias cognitivas dos pais possam não se manifestar externamente, as crianças são ainda assim influenciadas pela habilidade dos pais em regular eficazmente suas emoções, seja através de processos cognitivos ou comportamentais. Quando os pais demonstram ser reguladores adaptativos de suas próprias emoções, isso repercute diretamente sobre seus filhos.

Anexo 2 - Normas da Revista Contextos Clínicos

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.

Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word ou RTF.

Os autores respeitaram a autoria dos trabalhos citados, não tendo incorrido em plágio acadêmico.

A redação do texto segue à risca os parâmetros descritos na apresentação e encaminhamento dos manuscritos.

Os preceitos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos foram respeitados. A cópia do documento de aprovação por um comitê de ética de pesquisa foi anexada como documento suplementar, quando for o caso.

A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista na avaliação por pares.

Diretrizes para Autores

A revista Contextos Clínicos está permanentemente aberta a submissões e não cobra taxa de editoração (Article Processing Charges - APC) ou taxa de submissão de artigos. Publica artigos sobre investigações empíricas e revisões sistemáticas e integrativas da literatura que abordem a Psicologia Clínica em diferentes contextos.

São aceitos para a publicação somente trabalhos originais inéditos e que não estejam sendo avaliados para publicação em outra revista. Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista e os textos podem ser redigidos em português, inglês ou espanhol.

Os manuscritos submetidos, quando derivados de estudos que envolvam seres humanos, devem obrigatoriamente ter sido aprovados por Comitê de Ética em Pesquisa. Portanto, os autores deverão inserir a cópia digitalizada da declaração de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição como documento suplementar.

A publicação dos artigos está sujeita à aprovação prévia da Comissão Editorial da Revista e, após, serão submetidos à avaliação do tipo peer review feita por, pelo menos, dois pareceristas externos.

A aceitação final dos artigos depende dos seguintes critérios:

- Recomendação dos pareceristas;
- Efetivação dos ajustes necessários pelo(s) autores(es);
- Aprovação da Comissão Editorial, cuja resolução contemplará cinco diferentes avaliações:

1. Aceitar;
2. Correções obrigatórias;
3. Submeter novamente para avaliação;
4. Enviar para outra revista;
5. Rejeitar

Importante:

A Contextos Clínicos não se responsabiliza por conceitos e opiniões emitidos pelos autores. O envio espontâneo de qualquer submissão implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Apresentação e encaminhamento dos manuscritos

Os manuscritos deverão ser encaminhados por meio de submissão eletrônica no site da Revista Contextos Clínicos (www.revistas.unisinos.br/contextosclinicos). O conteúdo dos originais, sem a identificação dos autores em nenhuma parte do texto, deve conter:

- Título no idioma do artigo e em inglês. Caso o artigo for redigido em inglês deve apresentar também o título em português. Os títulos devem conter, no máximo, 240 caracteres com espaço;

- Resumo no idioma do artigo, em um único parágrafo, com até 200 palavras, acompanhado de três palavras-chave, que preferencialmente devem fazer parte do vocabulário de terminologia em psicologia da Biblioteca Virtual em Saúde/Psicologia (BVS-Psi), disponível em www.bvs-psi.org.br;

- Abstract em inglês, acompanhado de pelo menos três keywords. Caso o artigo for redigido em inglês, deve apresentar também o resumo em português, acompanhado de três palavras-chave, que preferencialmente devem fazer parte do vocabulário de terminologia em psicologia da Biblioteca Virtual em Saúde/Psicologia (BVS-Psi), disponível em www.bvs-psi.org.br;

- Texto completo do artigo formatado em Times New Roman, 12 pt, espaçamento duplo, justificado e margens de 2,5 em todos os lados. O texto deve conter subseções (Introdução, Método, Resultados, Discussão e Considerações Finais) apresentadas de forma contínua, sem a necessidade de nova página;

- Lista de referências em ordem alfabética, espaçamento duplo, alinhada à esquerda e não justificada.

Os manuscritos devem estar redigidos em linguagem científica, respeitando as normas da língua portuguesa. Pequenas correções podem ser realizadas pela comissão editorial para garantir adequações linguísticas. Os seguintes parâmetros de formatação devem ser seguidos para a submissão do manuscrito:

Extensão: O texto deverá ter extensão máxima de 25 páginas, incluídos as referências e o espaço que será ocupado por tabelas, figuras e/ou quadros, se for o caso.

Fonte: A fonte utilizada em todo o trabalho deve ser a Times New Roman, tamanho 12 para o corpo do texto e 10 para as notas de rodapé, tabelas, gráficos, títulos e legendas de ilustrações e tabelas.

Margens, Espaçamento e Recuo: As margens para todas as folhas do trabalho deverão ser de 2,5 cm na parte superior, inferior, direita e esquerda. Todas as seções do trabalho, com exceção da lista de referências, devem seguir as seguintes formatações:

a) O alinhamento dos parágrafos deve ser justificado, com exceção da lista de referências;

b) O espaçamento entre linhas é duplo – com exceção das notas de rodapé e das tabelas, as quais devem ter espaçamento simples (1,0);

b) O espaçamento entre parágrafos (antes e depois) é zero;

c) Deverá haver um recuo especial na primeira linha de 1,25 cm.

Tabelas, figuras e quadros: Tabelas e quadros também devem ser enviados em formato original (Word ou Excel) e em arquivos separados, postados como documentos suplementares (não inseridos no interior do próprio texto). Se o artigo contiver imagens fotográficas, figuras ou gráficos, esses deverão ser encaminhados em formato original (.jpeg, .png, .tiff) e em arquivos separados, postados como documentos suplementares (não inseridos no interior do próprio texto), com resolução mínima de 300 dpi. No arquivo referente ao texto, deverá ser indicado o local aproximado onde devem ser inseridas as figuras, gráficos, tabelas e/ou quadros e o espaço que ocuparão deve ser contabilizado na extensão do artigo.

Estilo de citação: Contextos Clínicos adota o estilo APA (American Psychological Association) para a elaboração de manuscritos submetidos a periódicos científicos. Observe essas normas para citações, lista de referências, tabelas e figuras. Não utilize as expressões op. cit; ibid; ibidem; id; idem. Também não utilize a expressão apud. Se estritamente necessário referenciar uma fonte secundária, dê preferência pelo emprego da expressão

“citado por”. Para facilitar a consulta, algumas situações comuns foram elencadas e exemplificadas a seguir.

Uma autoria: (Gil, 2002) ou Gil (2002) afirma que ...

Duas autorias: (Habigzang & Caminha, 2004) ou Segundo Habigzang e Caminha (2004) ,...

Três a cinco autorias: (Celano, Hazzard, Campbell, & Lang, 2002) ou Celano, Hazzard, Campbell e Lang (2002) referem que ...

Seis ou mais autorias: (Fleck et al., 2002) ou Segundo Fleck et al. (2002), ...

Entidade como autoria: (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 1988) ou Conforme o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1988),

Autores/as com mesmo sobrenome: (E. Dutra, 2002; J. Dutra, 2004).

Dois ou mais trabalhos de mesmo autor dentro dos mesmos parênteses: (Silva, 2013a, 2013b, 2017, 2019, no prelo).

Caso duas referências com seis ou mais autores/as fiquem idênticas quando citadas, faça a chamada para os sobrenomes dos/as primeiros/as e de tantos/as autores/as quanto forem necessários para diferenciar as duas referências, seguidos de vírgula e et al.

Lista de Referências

O espaçamento na lista de referências também é duplo, mas o alinhamento dos parágrafos deve ser à esquerda (e não justificado), com deslocamento de 1,25 da segunda linha em diante. Para facilitar, são apresentados alguns exemplos de referências por tipo de material consultado:

Artigo de periódico com doi

Teixeira, M. A. P., Oliveira, A. M., & Wottrich, S. H. (2006). Escalas de práticas parentais (EPP): Avaliando dimensões de práticas parentais em relação a adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 433-441. doi:10.1590/S0102-79722006000300012

Artigo de periódico com URL

Caso não conste um DOI no periódico acessado eletronicamente, inclua o URL da página inicial do periódico. Não é necessário informar a data de acesso. Use o seguinte formato: Retrieved from <http://www.xxxx>

Araujo, R. B., Oliveira, M. S., Pedroso, R. S., Miguel, A. C., & Castro, M. G. T. (2008). Craving e dependência química: Conceito, avaliação e tratamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 57(1), 57-63. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v57n1/v57n1a11.pdf>

Livro

Beck, J. S. (1997). *Terapia cognitiva: Teoria e prática*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Young, K. S., & Abreu, C. N. (Eds.). (2011). *Dependência de internet: Manual e guia de avaliação e tratamento*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Capítulo de livro

Breakwell, G. M., & Rose, D. (2010). Teoria, método e delineamento de pesquisa. In G. M. Breakwell, S. Hammond, C. Fife-Schaw, & J. A. Smith (Eds.), *Métodos de pesquisa em psicologia* (pp. 22-41). Porto Alegre, RS: Artmed.

Teses e dissertações

Nogueira, E. E. S. (2000). *Identidade organizacional: Um estudo de caso do sistema aduaneiro brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Notas de rodapé

As notas de rodapé devem ser usadas de forma parcimoniosa. Somente são permitidas notas de rodapé explicativas e não são permitidas notas que contenham apenas referências. Estas deverão estar listadas, ao final do texto, no item 'Referências'.

Declaração de Direito Autoral

Concedo à revista Contextos Clínicos o direito de primeira publicação da versão revisada do meu artigo, licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista). Afirmo que meu artigo não está sendo submetido a outra publicação, ainda não foi publicado na íntegra e assumo total responsabilidade por sua originalidade, podendo incidir sobre mim eventuais encargos decorrentes de reivindicação, por parte de terceiros, em relação à autoria do mesmo. Também aceito submeter o trabalho às normas de publicação da Contextos Clínicos acima explicitadas.